

# DEMOCRACIA, CONFLITO DISTRIBUTIVO E POLÍTICA MACROECONÔMICA NA ARGENTINA (1983-1989)\*

William C. Smith\*\*

## INTRODUÇÃO

Em dezembro de 1983, quando Raul Alfonsín e seu Partido Radical assumiram na Argentina a responsabilidade pela transição da ditadura autoritária para a democracia, a economia estava atolada em profunda crise. Mais que uma repetição dos ciclos *stop-go* das décadas anteriores, a crise de meados dos Anos 80 era de natureza mais estrutural, tendo sua origem numa lógica perversa, profundamente enraizada no capitalismo contemporâneo argentino. Poucos argentinos, independentemente de posições ideológicas, duvidavam do imperativo de grandes reformas, para se evitar o total colapso do modelo de industrialização via substituição de importações, adotado pelo País após a Década dos 30. Para a recém-nascida democracia da Argentina, a tarefa colocada não poderia ser mais desencorajadora - reverter aquilo a que o próprio Alfonsín havia se referido como "cinquenta anos de decadência".

Conhecidas receitas populistas e ortodoxias liberais haviam devastado a economia da Argentina, causando um dramático encolhimento do mercado doméstico. Por exemplo, o desmantelamento de cerca de 30% do relativamente avançado parque industrial argentino havia sido alimentado por quase uma década de inflação de três dígitos e disseminada especulação financeira. Fuga de capitais em massa resultou, para os argentinos, em enorme dívida externa, enquanto o investimento doméstico precipitou-se para somente 30% da média da década anterior, e o PIB (Produto Interno Bruto) permaneceu estagnado nos níveis de

---

\* Tradução de Júlio Ribeiro Pires.

\*\* WILLIAM C. SMITH é Ph. D. em Ciências Políticas pela Universidade de Stanford. Atualmente é professor de Ciências Políticas na Universidade de Miami, Coral Gables, Florida, EUA. Foi professor do Departamento de Ciências Políticas da UFMG no período de 1980-85, quando exercia a função de investigador visitante no Centro de Estudos de Estado e Sociedade (CEDES) em Buenos Aires. Atualmente está preparando um livro sobre economia política de transição democrática na Argentina e no Brasil.

meados dos Anos 70 (SMITH, 1989b: cap. 9). Concomitantemente, a estrutura de classe da Argentina experimentou radicais transformações, resultando em crescente concentração de riquezas e pauperização não só de grande parte da classe trabalhadora, mas também de amplos setores da até então próspera classe média (PALOMINO, 1988).

Apesar da apropriada sobriedade, Alfonsín e seus colaboradores estavam confiantes de que o mandato eleitoral ganho em outubro de 1983 dava aos Radicais a legitimidade política necessária para levar adiante uma reestruturação econômica de longo prazo. Entretanto, após somente cinco anos, o otimismo inicial dos Radicais foi estilhaçado pela explosão hiperinflacionária e pela ameaça de massivas conturbações sociais. Similarmente, o projeto dos Radicais de permanente maioria eleitoral também foi perdido, como ficou evidenciado pela vitória esmagadora do peronista Carlos Saúl Menem nas eleições presidenciais de maio de 1989.

As políticas econômicas de Alfonsín foram um desastre total como afirmavam seus rivais políticos e muitos economistas? Ou, apesar de várias falhas óbvias, as políticas de Alfonsín teriam protegido a frágil democracia da Argentina do retorno ao autoritarismo, como reivindicavam os defensores do Governo Radical? Quais são as lições da experiência de Alfonsín, não só para a Argentina, mas também para outros países latino-americanos que sofrem de dificuldades similares com inflação e dívida externa?

## **A CRISE DA DÍVIDA, A INFLAÇÃO E O CONFLITO DISTRIBUTIVO COMO RESTRIÇÕES AO EXERCÍCIO DA POLÍTICA MACROECONÔMICA**

Para avaliar o desempenho de Alfonsín temos que situar o Governo do Partido Radical no contexto das restrições estruturais com que o novo regime democrático se deparava em meados dos Anos 80.<sup>1</sup> Alta inflação persistente e uma enorme dívida externa sombreavam tudo o mais.

Em 1983, o último ano do regime militar no poder, a inflação foi de 343,8% e acelerou-se rapidamente durante a gestão civil, atingindo 626,7% em 1984. A dívida externa da Argentina - que em 1983 atingiu US\$ 46 bilhões ou aproximadamente 80% do PIB - aumentou em mais de US\$ 40 bilhões desde

---

1. Esta seção se baseia em recente trabalho de Roberto Frenkel e seus colegas do CEDES. Veja FRENKEL, FANELLI, SOMMER (1988), FRENKEL, ROZENWURCEL (1988), FRENKEL, WINOGRAD (1989). Veja também DORNBUSCH, PABLO (1988).

meados dos Anos 70. Virtualmente, nenhum destes recursos externos se dirigiu para investimento produtivo. De fato, a massiva hemorrhagia causada pela fuga de capitais responde por aproximadamente 2/3 do aumento total da dívida externa. Pode-se ter uma noção do peso da dívida externa da Argentina pela Tabela 1.<sup>2</sup>

TABELA 1  
INDICADORES DO PESO DA DÍVIDA ARGENTINA  
(US\$ MILHÕES)

	Dívida Externa	Novos Empréstimos	Amortizações	Juros Pagos	Transferências Liquidadas(a)
1970(b)	5.171	907	772	338	203
1975(b)	6.581	920	1.422	723	-1.225
1980	27.157	4.708	1.853	1.337	1.518
1981	35.657	8.346	1.950	2.045	4.352
1982	43.634	7.054	1.294	2.435	3.325
1983	45.925	2.833	1.364	2.417	-948
1984	48.856	802	812	3.277	-3.268
1985	49.715	3.790	1.018	4.389	-1.617
1986	49.715	2.602	2.043	3.707	-3.147
1987	56.813	3.116	695	3.775	-1.354
1988(c)	60.200	2.600	1.759	2.757	-1.916

FONTE: BARTLETT (1989), com base em dados do Banco Mundial, do Institute of International Finance e de J. P. Morgan and Company.

NOTAS: a) Diferença entre novos empréstimos e pagamentos sobre empréstimos anteriores.

b) Exclusive dívida de curto prazo.

c) Estimativa.

O próprio Estado financiou a maior parte desta fuga de capitais. Mais ainda, como resultado da “estatização” da dívida externa do setor privado, feita pelo regime militar, o Governo tinha responsabilidade legal pelo serviço de aproximadamente 90% da dívida total (BASUALDO, 1987). As conseqüências para as finanças públicas foram desastrosas. A crise da dívida provocou uma severa crise fiscal do Estado. Esta crise das finanças públicas teve, naturalmente, um efeito desastroso sobre o nível, o custo e a qualidade dos serviços públicos (energia, transporte, escolas, hospitais etc.), assim como sobre a capacidade de o Estado servir como agente de redistribuição de renda em favor dos setores mais pobres da população. O serviço da dívida externa também limitou severamente a capacidade de o Estado realizar diretamente investimentos reprodutivos ou de abrir espaço

2. Em 1985, os argentinos tinham um estoque total de ativos no exterior avaliado em US\$ 43,2 bilhões, ou 93,6% da dívida externa do país naquele momento.



(*crowd in*) ao investimento privado.<sup>3</sup> Restrições similares ao crescimento e impactos fortemente regressivos sobre a distribuição da renda decorreram da necessidade governamental de reduzir importações e promover exportações, a fim de gerar um excedente comercial permanente (FRENKEL, ROSENWURCEL, 1988).

A crise da dívida modificou profundamente as relações entre o Estado e o capital privado. À transferência líquida de capital ao exterior, somou-se um “problema doméstico de transferência”. Nesta situação, enquanto o Estado tem de pagar os juros da dívida externa, é o setor privado que “possui” as divisas geradas pelas exportações. O Estado deve “comprar” este excedente em moeda forte e, simultaneamente, financiar suas próprias operações aumentando receitas tributáveis e/ou reduzindo despesas públicas. Se o Governo não pode aumentar impostos ou cortar despesas, o déficit fiscal resultante deve ser financiado ou por emissões inflacionárias ou pelo endividamento público junto ao setor privado. Entretanto, dados os altos níveis de incerteza política e de instabilidade macroeconômica, compradores privados de títulos públicos irão demandar taxas de juros muito elevadas. Isto, por sua vez, define investimento e crescimento. Nenhum dos mecanismos - expansão da oferta monetária ou criação de dívida pública - pode ser sustentado por muito tempo sem risco de “dolarização” das poupanças domésticas e ativos financeiros.

Como consequência, as elites do Estado tinham de considerar cuidadosamente propostas de política que o setor privado pudesse perceber como ameaçadoras ao “clima dos negócios”, porque mesmo reformas políticas moderadas poderiam influenciar a confiança do investidor. Por exemplo, apoios a aumentos salariais, a programas sociais para os pobres e a impostos maiores sobre as corporações, todos trazem o risco de que investimentos planejados possam ser adiados ou que exportadores ansiosos e especuladores possam depositar seus dólares no exterior.

No caso argentino, a explosividade da questão da dívida foi levada ao limite por uma “cultura da inflação” profundamente enraizada, a qual conduz a maioria dos indivíduos, independentemente das classes sociais e das circunstâncias econômicas, a agirem com base na expectativa de que a inflação será alta e/ou crescente no futuro imediato ou próximo. A busca por ganhos de curto prazo (com grande desconto sobre o futuro) modela fortemente o comporta-

---

3. Durante a Década dos 70 a poupança do Governo era em média 1,8% do PIB, a do setor privado doméstico 19,2% do PIB e a do setor externo 0,6% do PIB. na Década dos 80, após a crise da dívida, a poupança do Governo era negativa (média de - 3,4% do PIB), a poupança do setor privado doméstico declina para 13,2 % do PIB e a poupança externa aumentou para 4,3 % do PIB.



to microeconômico das firmas do setor privado, das empresas públicas, dos sindicatos de trabalhadores e de investidores e consumidores individuais, assim como gera altos níveis de conflito distributivo.

O conflito distributivo na Argentina contemporânea exemplifica uma lógica geral, presente em todas as sociedades de mercado, como também características mais específicas de sociedades pressionadas por grandes dívidas externas. Em primeiro lugar, qualquer sociedade na qual o governo tente implementar um programa de estabilização num contexto de estagnação econômica, irá se defrontar inevitavelmente com resultados (*payoffs*) de soma zero, impondo perdas aos trabalhadores organizados, setores de classe média e aos setores mais fracos do comércio e da indústria. Em segundo lugar, no caso especial de sociedades com grandes fluxos de saída de capital, os governos devem dar conta não somente dos conflitos distributivos normais associados a transferências de renda intersetoriais induzidas por alta inflação, mas simultaneamente se deparam com resultados de soma negativa, originados de uma redução líquida da riqueza coletiva da sociedade. Quando se combinam a lógica geral e certas circunstâncias específicas, como na Argentina, o custo da estabilização econômica aumenta exponencialmente e pode facilmente desestabilizar a democracia de transição.

Conflito distributivo do tipo com que se depara a Argentina e outros países devedores conduz a um padrão de interação estratégica fortemente semelhante ao “Dilema dos Prisioneiros” (LIPNOWSKI, MAITAL, 1985, HEYMANN, NAVAJAS, WARNES, 1989). Neste jogo de ação coletiva, atores racionais - elites do Estado, líderes partidários, trabalhadores organizados e homens de negócios - geralmente adotarão estratégias de não-cooperação. No entanto, se todos os atores se engajam deliberadamente num comportamento de confronto, mesmo os “ganhadores” no curto prazo correm o risco de se tornarem “perdedores”. Do ponto de vista da sociedade como um todo, os resultados mais prováveis muito certamente serão sub-ótimos, gerando assim inflação mais elevada, maior ineficiência do investimento, logo, crescimento mais lento, maior desigualdade e, é claro, níveis mais elevados de conflito político.

Para continuar governando, políticos que jogam o jogo da consolidação democrática têm de desmontar a lógica do conflito distributivo, criando regras consensuais, firmemente ancoradas em fortes instituições políticas e sociais. Tais arranjos institucionais são necessários para promover maior cooperação e divisão de custos - pré-requisitos para o sucesso da estabilização. Como um corolário, os políticos e *policymakers* democráticos têm necessidade de um conjunto de sanções e estímulos que desencoragem os principais atores coletivos de agir como “franco-atiradores”. Tal ação de “franco-atiradores”, tipicamente envolve tentativas dos empresários, organizações de trabalhadores e partidos políticos de lançar os cus-

tos das políticas de estabilização uns sobre os outros, sobre os grupos desorganizados, ou sobre o próprio Estado.

Em resumo, esta breve incursão na macroeconomia da crise da dívida e nos problemas de ação coletiva criados pela alta inflação “chama fortemente a atenção” para as contradições com que se defrontam os *policymakers*: virtualmente toda política dirigida para resolver um problema específico cria ou exacerba um outro problema. Também chama atenção o fortalecimento do setor privado e correspondente enfraquecimento do poder do Estado. “Poupadores” domésticos e estrangeiros adquirem enorme poder de veto sobre as políticas governamentais (taxa de câmbio, políticas monetária e fiscal etc.), que limitam a liberdade empresarial no uso de seus ativos, tanto com fins especulativos, quanto produtivos.

É claro que resultados políticos e econômicos não são determinados somente pelas restrições externas e pelas decisões de investimento do setor privado. Lutas políticas mais amplas entre grupos em disputa são fundamentais. A capacidade de outros atores - incluindo as elites do Estado, os partidos políticos, trabalhadores organizados, movimentos sociais de base etc. - de mobilizar seus próprios recursos políticos, organizacionais e ideológicos pode levar a modificações das restrições domésticas e externas que normalmente influenciam o *policymaking*, adequando-o a interesses privados.

Soluções reformistas, com custos sociais e econômicos mais baixos para os grupos subordinados, são possíveis. No entanto, a tenaz luta por interesses setoriais, levada pelos maiores atores coletivos, pode impedir a implementação de qualquer estratégia macroeconômica coerente. Similarmente, a exacerbação de conflitos distributivos não resolvidos coloca graves perigos para a sobrevivência e consolidação de frágeis democracias.

## EXERCÍCIO DA POLÍTICA MACROECONÔMICA NOS ANOS ALFONSÍN

Os Anos Alfonsín podem ser convenientemente analisados em termos de sete fases razoavelmente distintas no exercício da política macroeconômica. A discussão de cada fase combina uma explicação das medidas-chave de política econômica e seus resultados de curto prazo, com uma análise da evolução das interações estratégicas entre as elites do Estado, os diferentes setores da classe empresarial e o movimento organizado dos trabalhadores.

### 1. A ILUSÃO KEYNESIANA (Dez 1983/Fev 1985)

Alfonsín procurou imediatamente afirmar a liderança do recém-instalado governo democrático numa variedade de áreas, tais como violação de direitos



humanos, relações com sindicatos peronistas e negociação com os credores da dívida externa. Este desejo de agir destemidamente foi evidenciado, em particular, num estilo unilateral de fazer política macroeconômica, que dava pouca prioridade à negociação com a oposição política e a consultas a interesses da sociedade civil. Mais ainda, a determinação de Alfonsín em dar à equidade tanta prioridade quanto ao crescimento colocou precocemente o novo Governo numa rota de colisão com os credores da Argentina e o Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja ortodoxia enfatizava o combate à inflação, corte do déficit fiscal e a restauração do equilíbrio do balanço de pagamentos.

O primeiro ministro da economia de Alfonsín, Bernardo Grinspun, seguiu uma estratégia de jogar, no limite, um “jogo do covarde” (*chicken game*) financeiro, suspendendo todos os pagamentos do principal e sistematicamente atrasando o pagamento de juros, o que forçou o FMI, os bancos credores e os governos estrangeiros a vir em socorro com uma combinação de empréstimos-ponte e reescalamento.<sup>4</sup> Porém, o desafio ao FMI e aos bancos credores era de vida curta. No início de setembro de 1984, a Argentina retomou o pagamento de juros e sucumbiu a pressões internacionais para chegar a um acordo com o FMI. Antes do final do primeiro trimestre de 1985, entretanto, a variação mensal de preços saltou para 24,1% levando a Argentina a violar os objetivos de austeridade do FMI. Em março de 1985, o FMI e os bancos suspenderam os novos empréstimos (STILES, 1987: 68; GARCÍA, JUNCO, 1987).

A estratégia de Grinspun tinha como premissa a hipótese errada de que ainda eram viáveis as políticas keynesianas expansionistas para promover o crescimento, como foi implementado vinte anos antes pelos Radicais, durante o breve Governo Illia (1963-6). Esta estratégia nostálgica não considerava a profunda desarticulação da estrutura produtiva levada a cabo pelo projeto neoliberal implementado durante o regime militar de pós-1976 (SMITH, 1989b, cap. 9). A ameaça da hiperinflação e as dificuldades em reativar a economia devastada foram testemunhas eloqüentes desta visão errada. A recusa em modificar esta estratégia levou à renúncia de Grinspun em fevereiro de 1985.

Parte do problema residia no fato de que os Radicais não tinham qualquer política industrial clara, e contavam com poucos aliados na indústria. De fato, como os Radicais nunca tinham tido apoio dos setores dominantes da classe

---

4. Em meados de maio de 1984 o Presidente disse: “É como se os Centros [financeiros] tivessem enlouquecido, mas nós não pagaremos usura... É como se os países em desenvolvimento estivessem sendo atacados com uma bomba de neutrons ao contrário, que deixa homens, mulheres e outras criaturas vivas, enquanto destrói o aparato produtivo das nações. Esta loucura deve terminar de uma vez por todas”. Citado por MONTEON (1987: 21).



empresarial doméstica e tinham laços mais frouxos ainda com as firmas transnacionais e produtivas, não foi surpreendente a estratégia econômica dos bancos internacionais. Assim, dada a preferência dos homens de negócio pela especulação financeira em relação ao investimento, o Governo entrou em crescentes confrontações com interesses empresariais locais e transnacionais.

O setor agro-exportador, liderado pela Sociedade Rural Argentina (SRA), rejeitou agressivamente todas as medidas, tais como impostos sobre exportações de produtos primários e limitações às vendas domésticas de carne, as quais questionavam seu comando sobre o excedente gerado no campo. A União Industrial Argentina (UIA), organização máxima do setor manufatureiro, também criticou fortemente todas as formas de intervenção estatal na economia e, sistematicamente resistiu aos esforços para aumentar a receita tributária, enquanto reivindicava a eliminação do déficit fiscal. O setor financeiro, representado pelos bancos internacionais reunidos na Associação de Bancos da República Argentina (ABRA) e pelos bancos de propriedade de argentinos reunidos na Associação de Bancos Argentinos (ADEBA), pressionou com sucesso contra as propostas de leis do Executivo que penalizariam a especulação financeira e reorientariam o capital para atividades produtivas (SCHVARZER, SIDICARO, 1987).

O Governo Alfonsín não se saiu melhor com os partidos de oposição no Congresso. Iniciativas chave sofreram derrotas no Congresso, como a proposta de lei “abrangente” (chamada Lei Mucci), que levaria à reestruturação e democratização dos sindicatos controlados pelos peronistas. Similarmente, em junho de 1984, fracassou a proposta de pacto político (chamado de “*Acta de Coincidências*”), envolvendo peronistas e outros partidos políticos menores, o que negava ao Governo um amplo mandato, desejado para levar a cabo uma política econômica livre de constante oposição partidária no Congresso.

A preferência do Governo Alfonsín por unilateralidade na tomada de decisões e por relações tensas tanto com o trabalho, quanto com o capital, durante o período de Grinspun, efetivamente torpedeava propostas inovadoras de *concertación* via “pactos sociais” envolvendo aqueles que decidiam a política do Governo, as elites dos trabalhadores e os empresários (CAVAROZZI, FELDMAN, 1987, THOMPSON, 1988a: 17-24). Isto foi uma falta de sorte. Como sugeria nossa discussão anterior sobre dilemas de ação coletiva sob regime de alta inflação, políticas “acordadas” via pactos sociais podem ajudar a democracias em transição a legitimar decisões econômicas impopulares, dividindo o custo entre os atores coletivos chave da sociedade civil. Ao oferecer participação na formulação de política para as organizações trabalhistas e para os homens de negócios, os pactos sociais desencorajam a atividade dos “franco-atiradores” atenuando, assim, conflitos distributivos.

Apesar da retórica favorável à idéia de pactos sociais, os conflitos internos ao próprio Governo (Ministério da Economia versus Banco Central *versus* líderes no Congresso etc.) colocavam obstáculos insuperáveis à divisão de responsabilidades com trabalhadores e capitalistas em assuntos econômicos. Dada a opção entre política macroeconômica pactuada e governo solitário, Alfonsín e a equipe econômica de Grinspun escolheram caminhar a sós (THOMPSON, 1988a: 24-27, THOMPSON, 1988b: 51-56).

Frustradas, a Confederação Geral do Trabalho (CGT) e organizações empresariais representativas, incluindo a UIA e a SRA, engajaram-se em tentativas paralelas de negociar um pacto social sem o envolvimento do Governo. Isto deu origem, sob liderança do “Grupo dos Onze”, à “frente produtiva”, aliança temporária entre a CGT e as dez maiores organizações representativas da classe empresarial (CORALLINI, AVALLE, 1986).

Mais ou menos na mesma época, um grupo dos mais proeminentes industriais - comumente chamados de “capitães da indústria”, representando vários dos maiores e mais diversificados conglomerados nacionais e transnacionais - fundou o chamado “Grupo Maria”. O objetivo do Grupo era estabelecer um diálogo mais fluido com as autoridades governamentais, prescindindo dos obstruídos canais de intermediação, controlados pelas principais organizações patronais<sup>5</sup>

As relações entre Estado, trabalhadores e empresários não melhoraram como resultado da substituição de Grinspun por Juan V. Sourrouille, um economista formado em Harvard, com credenciais acadêmicas impecáveis. Nem a dramática declaração de Alfonsín, feita em abril de 1985, do balcão da Casa Rosada, sobre uma “economia de guerra”, ajudou. Antes pelo contrário. Diante da forte oposição pelos “setores organizados”<sup>6</sup> da sociedade, tornou-se claro que o sucesso de Sourrouille no tratamento da inflação e da dívida dependeria exclusivamente da popularidade pessoal de Alfonsín e da lógica macroeconômica das políticas a serem implementadas.

---

5. Além dos interesses industriais, o “Grupo Maria” incluía uma variedade de grandes firmas ativas nas finanças, na agricultura e na construção, precisamente os “grupos econômicos” que mais tinham se beneficiado com as políticas da ditadura militar. AZPIAZU, BASUALDO, KHAVISSE (1986), BASUALDO (1987).

6. Saúl Ubaldini, um dos maiores líderes da CGT, advertia que “ou o Governo muda sua política ou fora com ele”. Citado em ENTREVISTA (1986).



## 2. O PLANO AUSTRAL E O CHOQUE HETERODOXO (Jun 1985/Mar 1986)

Mudanças estruturais maiores eram urgentemente necessárias na Argentina. Apesar do fracasso da estratégia de confronto em relação à comunidade financeira internacional, a equipe econômica de Sourrouille rejeitou as políticas ortodoxas de ajustamento defendidas pelo FMI. Austeridade e estabilização monetária eram, mais que nunca, um imperativo, mas a equipe econômica estava convencida de que os falsos remédios da já conhecida ortodoxia não iriam funcionar.<sup>7</sup>

Sourrouille escolheu implementar um arriscado programa anti-inflacionário, que requeria uma certa aplicação de políticas monetárias e fiscais ortodoxas, combinada com um inesperado “choque heterodoxo”. Diante do crescimento rápido dos preços ao consumidor em 30,5% e o salto de 42,3% dos preços no atacado em junho, o objetivo mais imediato do Plano Austral era o de salvar a economia do precipício da hiperinflação (ARGENTINA, 1985a). Dada a precária situação externa da Argentina, com as relações com os bancos credores num impasse e as reservas internacionais exauridas, o Plano Austral dificilmente encontraria uma situação menos pródica do que aquela que prevalecia em 14 de junho de 1985, quando veio a público. Um ponto favorável, entretanto, foi o grande apoio dado às autoridades argentinas pelo Tesouro norte-americano e o FMI.<sup>8</sup>

Côncio do cabo-de-guerra político que havia minado os esforços anteriores no combate à inflação, Sourrouille e sua equipe heterodoxa acreditavam que efetiva estabilização e ajustamento externo bem sucedido poderiam ser atingidos sem recessão e sem impactos regressivos na distribuição de renda. Num ambiente altamente inflacionário, arguíam os heterodoxos, a prática da “correção monetária” (vinculando contratos, salários, títulos etc. a algum índice corrigido pela inflação) tinha criado um “sistema de memória” próprio, perpetuando indefinidamente a inflação; inflação futura seria simplesmente uma função da inflação passada. Os heterodoxos acreditavam que esta inflação “inercial”, que tinha se provado resistente às políticas ortodoxas, somente poderia ser atacada eliminando-se os

---

7. No início de janeiro de 1985, um mês antes de substituir Grinspun, Sourrouille, então Secretário do Planejamento, criticou as políticas alternativas e tornou públicas as linhas gerais de nova estratégia. ARGENTINA (1985b).

8. Em contraste, o Brasil se deparou com condições muito mais favoráveis para o lançamento do Plano Cruzado em fevereiro de 1986. Apesar da inflação estar acelerando e de que o Governo Sarney não cumpria os objetivos do FMI, o Brasil se encontrava com uma posição confortável em divisas e no início de uma forte retomada cíclica da economia, com taxas de crescimento de 4,5 e 8,3% em 1984 e 1985, respectivamente. Os fatos tornaram o Plano Austral muito mais ortodoxo que o correspondente brasileiro (alguns diriam uma “imitação do FMI”). SMITH (1989a).



efeitos de inflação passada (FRENKEL, 1986, ARIDA, LARA RESENDE, 1986, LOPES, 1986). Conseqüentemente, as políticas do choque heterodoxo buscavam eliminar o sistema de memória pela desindexação geral dos preços dos setores público e privado e por uma ampla reforma monetária, que incluía a criação de uma nova moeda com paridade fixa em relação ao dólar.<sup>9</sup>

Controle de preços e salários era condição *sine qua non* do paradigma heterodoxo. Os heterodoxos defendiam controles temporários a fim de negociar as lutas distributivas que infestam os programas convencionais de estabilização. Os heterodoxos respeitavam o papel do mecanismo de preços em mercados competitivos, mas argumentavam que controles severos eram necessários para assegurar a estabilidade de preços até que o componente inercial da inflação tivesse sido eliminado. A teoria dizia que, tão logo o equilíbrio de preços tivesse sido atingido e os fatores inerciais eliminados, a intervenção estatal nos mercados poderia ser retirada gradativamente.

Supunha-se que a “mão-visível” do Estado movesse a economia de um equilíbrio de alta inflação para um equilíbrio de baixa inflação. Então, na ausência de choques externos, e com o Governo mantendo uma política salarial moderada, a concorrência e o auto-interesse dos capitalistas individuais permitiriam à “mão-invisível” do mercado reproduzir o equilíbrio de inflação baixa. Se a coordenação transitória entre trabalho e capital pelo Estado (para modificar expectativas inflacionárias e para superar comportamentos não-cooperativos) fosse combinada com um ataque coordenado às causas estruturais “profundas” destacadas pela ortodoxia convencional (protecionismo, subsídios, taxas de câmbio valorizadas etc.), então seria possível a retomada do crescimento econômico com estabilidade de preços (SMITH, 1989a: p. 141-142, SMITH, 1989b: p. 278-279).

Uma vantagem chave para Alfonsín era a de que o plano inovativo de estabilização sem recessão reafirmava o objetivo primeiro dos Radicais, qual seja, o de reforçar e consolidar a democracia argentina. Na verdade, o Plano Austral foi uma primeira experiência que levou alguns economistas a sugerir uma afinidade próxima entre choque heterodoxo e governos democráticos frágeis (HIRSCHMAN, 1987: 28-29).

---

9. Os principais instrumentos de política do Plano Austral consistiam em: 1) uma nova moeda - o Austral - para substituir o peso, à taxa de 1 austral por 1000 pesos, com a taxa de câmbio desvalorizada em 18% em relação ao dólar; 2) imposição de congelamento de preços e salários; 3) políticas para reduzir o déficit orçamentário, incluindo grandes aumentos nas tarifas e preços públicos (eletricidade, derivados de petróleo, transporte etc.); 4) taxas de juros reais positivas para elevar a confiança dos investidores e paralisar a especulação com o câmbio paralelo; e 5) a promessa de não imprimir quantidade inflacionária de moeda - este comprometimento seria viabilizado separando-se a compra pelo Banco Central de ativos domésticos das necessidades de financiamento do Tesouro.

As reações iniciais ao Plano Austral superaram as expectativas. Uma nova carta de intenções foi assinada com o FMI em 22 de junho de 1985 em troca de um empréstimo de US\$ 1,2 bilhão, associado a outro empréstimo de US\$ 470 milhões pelo Tesouro norte-americano. A aprovação pelo FMI deu legitimidade à estratégia heterodoxa e estabeleceu um precedente importante para outras experiências não convencionais de controle da inflação na Bolívia, no Peru e no Brasil.

Controles de preços e salários mantiveram a inflação em somente 20,2% durante os seis meses seguintes ao Plano, em contraste com aumentos mensais de 28,4% no trimestre anterior. Este sucesso, evidente pela Tabela 2, ajudou o Governo a justificar sua posição de que o valor dos salários reais tinha sido mantido e que qualquer deterioração no poder de compra dos consumidores era resultado do *carry-over* da inflação passada, não sendo, assim, uma falha das novas políticas heterodoxas.

O Plano Austral também produziu um aumento significativo das receitas tributárias, de 17,2% do PIB no trimestre imediatamente anterior ao Plano para 23,0% no último trimestre do ano. Conseqüentemente, o déficit orçamentário foi substancialmente reduzido para somente 2,4% do PIB ao final do ano. O controle do déficit do setor público, entretanto, era frágil devido às obrigações do Banco Central de realizar pagamentos da dívida externa acertados anteriormente por várias grandes empresas estatais.

Os resultados políticos para o Governo Alfonsín e para os Radicais eram igualmente gratificantes. A popularidade de Alfonsín e a confiança no Governo refletiram-se nos resultados da eleição para o Congresso, de setembro de 1985, que deu aos Radicais 43% de votos e, aos peronistas somente 34%. Em novembro de 1985, no marcante discurso do “Parque Norte”, Alfonsín procurou capitalizar na reafirmação de seu mandato, demandando um novo consenso no apoio a seus planos de modernização da economia. Sem dúvida, este foi o ponto alto das esperanças alfonsinistas de criar um “Terceiro Movimento Histórico” (AZNAR et al., 1986).

O sucesso no *front* da estabilização continuou em 1986, na medida em que as taxas de inflação despencaram para a média mensal de 3,1% durante o primeiro trimestre; os preços no atacado caíram ainda mais dramaticamente, atingindo uma média de somente 0,7% no mesmo período. Firmas e consumidores demonstravam igualmente nova confiança, expressa por aumentos dos depósitos bancários em resposta à taxa de juros positiva. Simultaneamente, após uma pequena queda do produto industrial em seguida ao anúncio das novas políticas, verificou-se um grande crescimento de 13% no último trimestre de 1985 (ARGENTINA, 1986: Tabelas 1, 15.2, 16, FRENKEL, FANELLI, 1987).

TABELA 2  
TAXAS MENSIS DE INFLAÇÃO, 1984-89  
(ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR)

	1984		1985		1986
Jan	12,5	"Ilusão keynesiana"	25,1		3,0
Fev	17,0		20,7	Saída de Grinspun	1,7
Mar	20,3		26,5	Posse de Sourrouille	4,6
Abr	18,5		29,5		4,7
Mai	17,1		25,1		4,0
Jun	17,9		30,5	Plano Austral	4,5
Jul	18,3		6,2		6,8
Ago	22,8		3,1		8,8
Set	27,5	Pacote do FMI	2,0	Vitória dos Radicais	7,2
Out	19,3		1,9		6,1
Nov	15,0		2,4	"Parque Norte"	5,3
Dez	19,7		3,2		4,7
					Cresc. econômico moderado
	1987		1988		1989
Jan	7,6	Australito	9,1		8,9
Fev	6,5		10,4		9,6
Mar	8,2		14,7		17,0
Abr	3,4		17,2		33,4
Mai	4,2		15,7		78,5
Jun	8,0		18,0		114,5
Jul	10,7	"Pragmatismo"	25,6		196,6
Ago	13,7		27,6	Plano Primavera	37,9
Set	11,7	Vitória Peronista	11,7		9,4
Out	19,5	5º choque	9,0		5,6
Nov	10,3		5,7		6,5
Dez	3,4		6,8		40,1

FONTE: BOLETIM ESTADÍSTICO TRIMENSUAL, vários números.

Apesar destes sucessos, as relações tanto com o trabalho, quanto com o capital não eram tranquilas. A postura das autoridades econômicas era ambígua. Enquanto desejavam o apoio de trabalhadores e dos homens de negócios, a equipe econômica recusava-se a permitir aos seus representantes efetiva participação na tomada de decisões. A equipe de Sourrouille, relutantemente apoiou da boca para fora a noção de um pacto social, ao aquiescer na criação da chamada Conferência



Econômica e Social (CES), garantindo representação privilegiada aos trabalhadores organizados e aos industriais. Como consequência imediata houve a dissolução da “frente produtiva”, composta pelo movimento organizado dos trabalhadores e o setor privado, e o distanciamento da UIA, representantes dos industriais, dos setores agrícola, bancário, comercial e de construção, cujas organizações não estavam convenientemente representados na CES (ACUÑA, GOLBERT, 1989: 16).

O apoio político do setor privado demorava a se materializar. Uma combinação de aversão ao risco, resultante da lembrança do fracasso de planos anti-inflacionários anteriores, com dúvidas acerca da habilidade da equipe de Sourrouille em “manter o curso”, levou muitos dos grandes grupos econômicos e das companhias transnacionais a manter seus ativos financeiros em dólares, enquanto adiavam ou cancelavam investimentos planejados. Simultaneamente, na esperança de se manter à frente da espiral inflacionária, muitos empresários retiraram seus produtos do mercado, a fim de provocar um aumento de preços. Estas medidas defensivas, enquanto, sem dúvida, respostas racionais ao nível da firma, exacerbavam a inflação e tornavam ainda mais difícil a reativação da economia. Entretanto, apesar de fortes críticas às políticas específicas, a maioria dos empresários continuou a apoiar a estratégia geral do Plano Austral.<sup>10</sup>

Em contraste, desde o começo as organizações de trabalhadores, lideradas pela CGT, foram muito mais explícitas na rejeição do Plano Austral. Tendo o Governo feito ouvidos moucos às demandas dos sindicatos por compensação pela posição desfavorável da maioria dos trabalhadores à época do primeiro congelamento, o movimento dos trabalhadores brandiu a arma da greve nas suas reivindicações por grandes aumentos dos salários nominais (CAVAROZZI, FELDMAN 1987: 17-18). Assim, conflitos distributivos crescentes revigoravam a mentalidade do jogo de soma zero, na medida em que trabalhadores, industriais, produtores agrícolas e comerciantes, todos forçavam um realinhamento de preços relativos em seu favor. A Tabela 3 dá uma idéia do movimento revista ao longo do período Alfonsín.

No início de 1986, a equipe de Sourrouille defrontou-se com duas opções: ou podia recorrer a uma política monetária mais restritiva e a uma política fiscal mais apertada, ou podia afrouxar os controles de preços, sinalizando a aceitação de níveis de inflação moderadamente mais elevados. Crescente oposição

---

10. Por exemplo, Roberto Favelevic, presidente da UIA, em discurso no “Dia da Indústria”, se dirigiu diretamente a Alfonsín e proclamou que “de acordo com minhas mais íntimas convicções, somente posso dizer ... eu me congratulo com o senhor Presidente”. Citado em ACUÑA, GOLBERT (1989:19).

a medidas de austeridade pelo trabalho e pelo capital, juntamente com pressões feitas pelos políticos do Partido Radical, obrigaram os técnicos heterodoxos a escolher a segunda opção.<sup>11</sup>

TABELA 3  
CONFLITOS TRABALHISTAS, 1985-1989

	1985	1986	1987	1988	1989
Jan	52	17 CGT	13 CGT	25	21
Fev	24	21	12	27	31 Debacle
Mar	48	33	13	51	32
Abr	42	45 CGT	11	56 CGT	38
Mai	28 CGT	55	28	53	71 Vitória de Menem
Jun	26 Austral	69 CGT	39	66	52 Saques
Jul	24	52	42	48	58 Posse de Menem
Ago	12 CGT	52	48	47 Plano Primavera	50
Set	19 Eleição	67	56 Eleição	37 CGT	51
Out	31	66 CGT	51	55	48
Nov	16	54	50 CGT	45	
Dez	22	32	35 CGT	31	

FONTE: EL BIMESTRE POLITICO Y ECONÓMICO, vários números.

NOTA: CGT = greve geral nacional de todos os sindicatos filiados à CGT.

### 3. RECUPERAÇÃO ECONÔMICA MODESTA COM ESTABILIZAÇÃO RELATIVA - (Abr 1986/Jan 1987)

No início de abril de 1986, Sourrouille anunciou modificações importantes no Plano Austral, centradas na substituição do sistema de controles rígidos de preços por um novo esquema de preços "administrados". Taxas fixas de câmbio foram também abandonadas em favor da volta do sistema de minidesvalorizações (*crawling-peg*) periódicas. A aceleração da inflação foi estimulada pelo afrouxamento dos controles. No terceiro trimestre de 1986, o crescimento mensal médio dos

11. A UIA e o setor privado em geral, provavelmente, preferiam a primeira alternativa. Comentando sobre a luta pela divisão da renda, a UIA notava: "Anteriormente, a inflação tornou possível dissimular o empobrecimento coletivo através da ilusão de recomposição transitória da renda ao custo de uma inexorável tendência ao crescente reaquecimento da espiral inflacionária ... nestas circunstâncias, novas possibilidades distributivas estão esgotadas". Veja UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA (1986a).

índices de preços ao consumidor e no atacado foi de 7,6%. O déficit orçamentário elevou-se, enquanto a balança comercial se deteriorava. E a promessa presidencial solene de agilizar a privatização foi torpedeada no Congresso, que continuava a resistir à venda de empresas estatais.

Alguns sucessos foram alcançados a partir dos controles flexíveis: em seguida a um período de estagnação, o PIB expandiu-se em 11% e o produto industrial em 26% em doze meses, até setembro de 1986. Investimentos em maquinaria e equipamentos deram um salto de 35% no mesmo período. A inflação entre junho de 1985 e junho de 1986 foi de somente 50,1% (FRENKEL, FANELLI, 1987). Mas estes sucessos se provaram bastante transitórios porque - como os críticos ortodoxos já haviam salientado - pouco havia sido feito para atacar as causas mais profundas das pressões inflacionárias. Sem maiores transformações estruturais, a “inflação reprimida” combinada com políticas expansionistas de inspiração keynesiana somente exacerbou os conflitos distributivos, elevando os níveis da espiral inflacionária.

Estes problemas foram reconhecidos em setembro de 1986 quando Sourrouille impôs um aperto monetário a fim de manter a estabilidade de preços. A reintrodução de controles de preços mais rigorosos veio acompanhada do anúncio de planos de reforma do sistema financeiro, de atração de novos investimentos externos, de promoção de exportações industriais e de agilização da privatização de empresas estatais selecionadas. Do lado fiscal, esforços foram redobrados para atacar o elevada evasão no país - amplamente conhecida como verdadeiro “esporte nacional”.<sup>12</sup>

Estas alterações na política produziram resultados diversos. A inflação caiu ligeiramente ao final de 1986; a média de crescimento dos preços ao longo do primeiro trimestre de 1987 situou-se novamente em 7,4%. O déficit do setor público diminuiu de 5,4% do PIB, em 1985, para 4,1%, em 1986, o que ainda era o dobro da meta acertada com o FMI. O declínio de 20% nos termos de troca da Argentina impôs crescentes pressões sobre o balanço de pagamentos e o nível das reservas internacionais (ARGENTINA, 1987a: Tabela 1).

Houve conquistas positivas. O PIB recuperou-se em 1986, com taxas de crescimento de 5,4%. Apesar disto, eram evidentes os sinais de desaquecimento. O importante setor manufatureiro estava particularmente volúvel: depois de se expandir em 26,5% durante o último trimestre de 1986, o crescimento industrial

---

12. Em 1984, havia somente 3 milhões de contribuintes registrados. Só 32,7% se incomodavam preenchendo formulários. Destes, somente 18% na realidade pagavam impostos. LATIN AMERICAN REGIONAL REPORTS (1986).



despencou para 2,7% no primeiro trimestre de 1987. O investimento interno fixo cresceu em 18%, mas já declinava ao final do ano. Como mostra a Tabela 4, a expansão econômica pouco ajudou na redução do desemprego e do sub-emprego, os quais atingiram níveis recordes durante o primeiro trimestre de 1987.

TABELA 4  
DESEMPREGO E SUB-EMPREGO  
(CAPITAL FEDERAL E GRANDE BUENOS AIRES)

	Desemprego		Sub-emprego		Total	
	Abril	Outubro	Abril	Outubro	Abril	Outubro
1975	2,4	2,8	4,7	4,9	7,1	7,7
1976	4,8	4,0	4,7	5,0	9,5	9,0
1977	3,4	2,3	3,3	3,1	6,7	5,4
1978	3,9	1,9	5,4	3,0	9,3	4,9
1979	2,0	2,1	3,2	3,2	5,2	5,3
1980	2,3	2,3	4,7	4,5	7,0	6,8
1981	4,0	5,0	4,6	5,8	8,6	10,8
1982	5,7	3,7	6,4	5,6	12,1	9,3
1983	5,2	3,1	4,6	4,9	9,8	8,0
1984	4,1	3,6	4,5	4,7	8,6	8,3
1985	5,7	4,9	5,5	6,6	11,2	11,5
1986	4,8	4,5	6,4	6,3	11,2	10,8
1987	5,4	5,2	8,0	7,8	13,4	13,0
1988	6,3	5,7	7,7	7,4	14,0	13,1
1989	7,7		8,3		16,0	

FONTE: BOLETIN ESTADÍSTICO MENSUAL. [19-?].

O movimento operário organizado reagiu ao declínio dos salários e ao crescente desemprego aumentando sua retórica anti-governamental e reivindicando, entre outras coisas, o fim das negociações com o FMI e a moratória da dívida externa. Por trás da militância aparente da CGT, entretanto, a palavra de ordem era cautela, especialmente no uso de greves, cujo número declinou durante o primeiro trimestre de 1987. Esta cautela, sem dúvida, era motivada pelo fato de que o movimento trabalhista estava profundamente dividido por conflitos ideológicos, rivalidades pessoais e diferenças na negociação sindical entre os diversos setores (PALOMINO, 1987b, GODIO, 1986, GAUDIO, DOMENICONI, 1986).

O Governo tirou vantagem da fragmentação política dos trabalhadores e, com frequência, até mesmo a promoveu. Por exemplo, a *Junta Coordinadora* (constituída pelos principais “operadores” políticos de Alfonsín) procurava lançar uma cabeça de ponte dentro do movimento trabalhista controlado pelos peronistas. Ao ganhar o apoio tácito de sindicatos isolados, as autoridades econômicas

tiveram condições de implementar muito do Plano Austral, apesar de forte oposição da CGT.<sup>13</sup>

O relacionamento com o setor privado tornou-se crescentemente complexo ao longo 1986. Motivadas pela recessão no setor agrícola (a variação do PIB do setor foi de - 2,8% naquele ano), a Sociedade Rural Argentina (SRA) e outras organizações representativas dos interesses agrários realizaram protestos e demonstrações públicas sem precedentes - as chamadas "*jornadas de protesta agropecuaria*" - a fim de proclamar sua oposição. Uma das principais críticas dos produtores rurais era o favoritismo governamental pelos interesses industriais e a sua falta de representação no processo de tomada de decisões (ACUÑA, GOLBERT, 1989: 21).

A União Industrial condenou firmemente o fracasso no controle do déficit e a continuidade do controle de preços. Os industriais também estavam insatisfeitos com a relutância de Alfonsín em adotar uma posição mais dura em suas relações com os sindicatos. Ao final de 1986, a UIA argumentava que o próprio Plano Austral estava seriamente comprometido e que se requeria um modelo inteiramente novo para superar a performance errática da economia e reverter o "empobrecimento estrutural" do País (UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA, 1986b: 13, 15-16, 17-24).

#### **4. VIRADA NEOLIBERAL NA ESTRATÉGIA ECONÔMICA E OS NOVOS ALIADOS ENTRE TRABALHADORES E EMPRESÁRIOS (Fev 1987/Set 1987).**

Por volta de janeiro de 1987, uma vez mais, a Argentina deixava de cumprir as metas do FMI e estava claro que o aperto monetário não estava funcionando. A resposta de Sourrouille, lançada em 25 de janeiro, foi uma nova rodada de choques heterodoxos. O "Australito", como ficou conhecido o novo plano, incluía um novo congelamento de preços e salários a vigorar até 30 de junho.

O Australito, na realidade, nunca saiu do papel. Os grupos agro-exportadores e as grandes firmas industriais argentinas e transnacionais especularam fortemente contra a moeda local. Para conter esta fuga para o dólar, as autoridades monetárias do Banco Central foram forçadas a elevar bastante as taxas de juros.

---

13. Isto foi uma via de mão dupla, é claro. Sindicatos fortes eram capazes de negociar acordos salariais mais favoráveis. Por exemplo, em meados de 1986, pressão governamental sobre as empresas do setor metalúrgico contribuiu para que se fechasse um acordo com a poderosa Unión Obrera Metalurgica que rompia com as metas oficiais para os salários, prejudicando, assim, a confiança dos empresários nas autoridades. Veja ACUÑA e GOLBERT (1989:28-29).

Em meados de abril, com reservas internacionais dilapidadas, o Governo chega a um acordo com o consórcio dos bancos internacionais e com o FMI, refinanciando dois terços da dívida externa e adiando o pagamento de amortizações até 1992. As autoridades foram também pressionadas para permitir a conversão da dívida em ações para capitalização da dívida externa.

O Australito distorceu ainda mais os preços relativos e, na realidade, exacerbou os conflitos distributivos. Os aumentos de preços durante o primeiro semestre de 1987 ultrapassaram a inflação projetada para todo o ano. Apesar da formação bruta do capital fixo ter permanecido vigorosa, o ritmo de crescimento econômico reduziu-se para somente 2,6% durante o primeiro semestre e o déficit orçamentário permaneceu substancialmente maior que os objetivos do FMI. Em junho de 1987, preocupado com a aproximação das eleições legislativas, marcadas para setembro, o Governo discretamente abandonou as impopulares políticas salarial e monetária do Australito.

Em junho de 1987, após a derrocada do Australito, o Governo Alfonsín deu início a grandes mudanças em sua estratégia econômica. Em primeiro lugar, as autoridades assinaram um novo acordo *stand-by* com o FMI, com objetivos de desempenho ajustados. Subseqüentemente, Sourrouille comprometeu-se a ir além da estabilidade monetária e levar a cabo as “modificações estruturais” de longo alcance da economia política argentina (SOURROUILLE, 1989, PAZ, 1989).

Ainda que retendo alguns dogmas-chave da novidade heterodoxa de 1985, as mudanças graduais na estratégia reafirmavam temas freqüentemente associados com a ortodoxia monetarista neoliberal. Esta divergência significativa com os dogmas do Partido Radical (os quais nunca foram efetivamente assumidos pela equipe de Sourrouille) era parcialmente motivada por uma avaliação pessimista da capacidade do Estado de superar os enraizados obstáculos estruturais à estabilização e à reforma econômica mais ampla.<sup>14</sup> Agora Sourrouille parecia concordar com os políticos conservadores e os economistas ortodoxos, quando responsabilizava, pelos problemas econômicos da Argentina, a crise de um modelo excessivamente centralizado, estatista, “populista e facilista”, que permitia a poderosos interesses setoriais operando “por dentro e por fora do aparato estatal [...], resistir às transformações exigidas pela sociedade argentina” (SOURROUILLE, 1989).

---

14. Apesar de alguma similaridade com o monetarismo do regime militar pós-1976, duas diferenças fundamentais deveriam ser salientadas. Primeira, os heterodoxos defendiam um papel mais positivo para o Estado na implementação de reformas estruturais. Segunda, eles demonstravam maior preocupação com as conseqüências sociais das políticas de ajustamento, uma preocupação notavelmente ausente nas principais versões do liberalismo econômico argentino.



Para superar este “modelo populista” ultrapassado, Sourrouille estabeleceu três grandes objetivos. Primeiro, argumentava que o Estado, que havia sido o protagonista central na industrialização, tinha se tornado um obstáculo maior para a reestruturação econômica há muito reclamada. Sob este ângulo, a intervenção estatal excessiva era responsabilizada por empresas públicas ineficientes, e um setor privado dominado por oligopólios e monopólios pouco contribuía para inovações técnicas e eficiência econômica. A equipe econômica de Sourrouille esperava que a desregulamentação do mercado e a privatização e o fim dos monopólios públicos fariam da lógica do mercado a força impulsionadora que levaria os empresários a assumir a responsabilidade principal pelo investimento e pelo crescimento futuro.

Em segundo lugar, de acordo com a equipe econômica, o pequeno e altamente ineficiente mercado de capitais fomentava a especulação e sinalizava no sentido de se maximizar lucros no curto prazo. O objetivo do Governo era o de criar um contexto institucional apropriado que acelerasse a transição para uma perspectiva de mais longo prazo por parte dos investidores. Isto seria conseguido pela promoção do mercado acionário da Argentina, uma fonte de investimento de capital amplamente inexplorada. Simultaneamente, reduzindo as taxas de redesconto e de depósito compulsório e caminhando no sentido da desregulamentação da taxa de juros, as autoridades também procuravam fortalecer a capacidade de financiamento dos bancos privados.

A abertura da economia semi-autárquica da Argentina e sua integração mais firme no mercado mundial era o terceiro objetivo maior da equipe econômica. Exportações de manufaturados e de produtos agrícolas seriam substancialmente aumentadas por meio de incentivos, particularmente dirigidos para indústrias, tais como a de aço e a petroquímica (AZPIAZU, BISANG, KOSACOFF, 1988). Apesar de se esperar que a iniciativa partisse do setor privado, a abertura econômica também requeria investimentos públicos para a modernização dos dipalidados sistemas de comunicação, de transporte e de infra-estrutura básica. Acordos de integração regional assinados em 1986 com o Brasil e o Uruguai, que incluíam propostas facilitando a formação de *joint-ventures*, que reduziam impostos de exportação e tarifas sobre importações e que promoviam a cooperação científica e tecnológica, eram vistos como passos importantes na direção correta.

A guinada neoliberal na estratégia econômica da equipe de Sourrouille abriu caminho para uma aliança de conveniência *sui generis* com o setor privado. Renovado interesse em negociar com o “Grupo Maria” colocou os mais acreditados estrategistas políticos de Alfonsín, assim como membros da equipe econômica, em contato estreito com os “capitães da indústria”, representando os conglomerados agrícolas, industriais, comerciais e financeiros mais poderosos da Argentina. O segredo do poder político e econômico exercido por estes conglomerados era sua

liquidez financeira e diversificação de interesses, as quais lhes permitiam diluir seus riscos, enquanto faziam grandes lucros nas freqüentes e rápidas oscilações nos preços relativos.

Estas características faziam dos “capitães” aliados indispensáveis no esforço de mudar o comportamento microeconômico da classe empresarial argentina, um objetivo chave do projeto de reconversão industrial da equipe de Sourrouille, que emergia gradualmente. A necessidade governamental de gerar grandes superávits comerciais para servir a dívida externa coincidia com os interesses dos “capitães” e de grupos econômicos específicos, muitos dos quais tinham em seus conglomerados estruturas agro-industriais modernas e empresas manufatureiras capazes de competir no mercado mundial.

Esta coincidência parcial de interesses e de objetivos tornou supérfluo um pacto social formal. De fato, para Alfonsín e Sourrouille, o mais sensato seria evitar as formalidades desgastantes de um pacto social e, assim, negociar a aquiescência do setor privado às políticas oficiais garantindo à elite da classe empresarial, local e transnacional, acesso especial aos *policymakers*. Enquanto estes arranjos informais deixavam de fora as lideranças de algumas das principais organizações empresariais, a guinada da equipe econômica para um discurso ideológico anti-estatista e de livre iniciativa esvaziava a maioria da oposição do setor privado.<sup>15</sup>

A aliança informal com os “capitães” foi complementada por redobrados esforços de Alfonsín para conquistar aliados entre as elites-chave dos trabalhadores. O objetivo imediato era dividir o movimento trabalhista, controlado pelos peronistas, antes das próximas eleições legislativas de setembro de 1987. Ao invés de procurar interlocutores entre os “renovadores” - a ala reformista e democrática do peronismo liderada por Antonio Cafiero - os estrategistas de Alfonsín definiram como alvo um grupo de líderes sindicais influentes e, em geral, conservadores, pertencentes ao “Grupo dos 15”. Esta manobra levou à nomeação de Carlos Alderete como Ministro do Trabalho em abril de 1987 (PALOMINO, 1987b). Agora, além dos “capitães da indústria”, a assessoria política e a equipe econômica de Alfonsín incorporaram em seu círculo privilegiado de interlocutores um grupo de poderosos “capitães do sindicalismo”, que controlava o setor anti-reformista do movimento trabalhista peronista.

---

15. O caso da UIA é instrutivo. Após um breve período do relacionamento mais ríspido, sua postura tornou-se marcadamente mais conciliatória em relação à política oficial. Veja discurso do Presidente da UIA Eduardo de la Fuente, no “Dia da Indústria”. UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA (1987: 89-96).



A incorporação do “Grupo dos 15” ao Governo não ocorreu sem custos. Conflitos acerbos sobre a política monetária e uma nova lei de negociação coletiva favorável aos trabalhadores colocaram Sourrouille contra o Ministro do Trabalho Carlos Alderete. Com os círculos mais íntimos do Governo em desacordo, a resistência da CGT e do setor privado torpedeou as regras oficiais para preços e salários. Estimuladas pela especulação com o dinheiro, as taxas de juros dispararam e a inflação acelerou-se, atingindo uma média de 12% durante o período de julho/setembro. Crescimento e investimentos caíram, com desemprego e sub-emprego continuando a piorar (veja Tabela 4).

A rejeição, pelos eleitores, da administração econômica do Governo foi uma das causas primárias da derrota eleitoral dos Radicais em setembro de 1987: enquanto obtiveram 37,4% dos votos, os peronistas conseguiram 41,5% e abocanharam todos os governos de províncias, exceto dois. Sourrouille colocou seu cargo à disposição, mas o Presidente Alfonsín reiterou com firmeza sua plena confiança na equipe econômica e suas políticas. Alderete renunciou ao Ministério do Trabalho, mas os “capitães do sindicalismo” continuaram a negociar com o Governo por concessões.<sup>16</sup>

A aliança emergente com poderosas elites do setor privado e do movimento trabalhista foi, então, ratificada, mas a derrota eleitoral deixou Alfonsín e a equipe de Sourrouille crescentemente isolados dentro do Partido Radical e progressivamente privados de apoio público para suas políticas econômicas.

## 5. O OCASO DA HETERODOXIA (Out 1987/Jul 1988)

O recebimento de um empréstimo-ponte de US\$ 700 milhões do Tesouro norte-americano em meados de outubro coincidiu com o anúncio de mais um acordo com o FMI e a aplicação de outro tratamento de choque na já com-balida economia Argentina.<sup>17</sup> Forçando um considerável declínio nos salários reais (veja Tabela 5 adiante), o novo pacote buscava reduzir o déficit público e alcançar uma aparência de estabilidade de preços. Os principais instrumentos da política consistiam em um congelamento de preços da maioria de bens e serviços junto com

---

16. Com Alderete no Ministério do Trabalho, a CGT e UIA fizeram uma nova tentativa para forjar um pacto social. Apesar do insucesso destes esforços, um acordo foi negociado diretamente com Sourrouille, onde se abandonava o congelamento de preços e salários e se retornava à política de normas negociadas. PALOMINO (1987b), ACUÑA, GOLBERT (1989: 36-37).

17. Ironicamente, um aumento substancial da prime rate norte-americana, na mesma semana, implicou em pagamentos de juros mais elevados sobre a dívida externa da Argentina, compensando, assim, o empréstimo ponte. PAZ (1989: 97).



um aumento de 40-65% das tarifas do setor público. Depois de um aumento de 12%, os salários dos setores público e privado foram congelados até o fim do ano. Novas reformas fiscais e tributárias, incluindo um plano bi-anual de “poupanças forçadas”, foram propostas ao lado de maior desregulamentação dos mercados financeiros e planos de privatização de importantes empresas públicas, como a ENTEL, companhia telefônica, e a estatal Aerolineas Argentinas (para detalhes, veja ARGENTINA, 1988).

Este último tratamento de choque teve ainda menos sucesso que os anteriores. Uma aceleração dos preços ao consumidor de 36,3% no último trimestre de 1987 erodiu profundamente os salários reais e o poder de compra dos assalariados. A inflação anual para 1987 atingiu a 74,8%, mais que o dobro do ano anterior. Em 1987 a crise fiscal do Estado também piorou, com o déficit de 7,3% do PIB representando um aumento de 70% em relação ao ano anterior (ARGENTINA, 1988).

Em fevereiro de 1987, a equipe de Sourrouille sofreu um grande revés político, o que enfatizou o pobre desempenho econômico. Alfonsín e a *Junta Coordinadora*, apesar de objeções de Sourrouille, decidiram manter um acordo, por uma nova Lei das Associações Profissionais, alcançado com o “Grupo dos 15” durante o breve mandato de Carlos Alderete no Ministério do Trabalho. A aprovação parlamentar da nova lei abriu caminho para a livre negociação coletiva entre empregados e empregadores, sem imposição por parte do Governo de tetos nos acordos salariais. A equipe econômica ficava, assim, privada de um dos seus mais importantes instrumentos de controle macroeconômico, a saber, o controle salarial. O palco estava armado para maiores e novas demandas do movimento trabalhista organizado no *front* salarial (THOMPSON, 1988b, LEY, 1988).

Estas novas restrições domésticas ao exercício da política macroeconômica foram reforçadas por crescentes restrições externas. A balança comercial da Argentina atingiu superávits de 4,6 e 2,1 bilhões de dólares em 1985 e 1986, respectivamente. Entretanto, em 1987, diante de importações crescentes e exportações declinantes, o superávit comercial dissipou-se, atingindo somente US\$ 500 milhões. Em fevereiro de 1988, Sourrouille foi obrigado a assinar uma nova carta de intenções com o FMI, especificando severas metas de austeridade, inclusive um compromisso de abaixar a inflação para 4% até o final do ano. Na prática, entretanto, de abril de 1988 em diante, a Argentina suspendeu todos os pagamentos de juros da dívida junto aos bancos comerciais.

Um desastre seguiu-se a outro. Liberação dos controles de preços e salários e retorno à livre negociação coletiva, mais aumentos continuados das tarifas do setor público, deram um novo impulso ao conflito distributivo. Por volta de meados de 1988, a inflação estava fora de controle, com os preços aumentando de

25% em julho e 27,6% em agosto. Todos os grupos tentavam defender seus preços e, se possível, melhorá-los em relação aos de outros. Os maiores grupos financeiros e industriais e os interesses agro-exportadores tiraram vantagem da aquiescência do Governo para com o uso de seus poderes de oligopólio para realizar enormes transferências de renda para si, enquanto também levaram vantagem nas novas oportunidades de especulação com a moeda. A crescente agitação trabalhista era inefetiva para proteger o míngua poder de barganha da classe operária, enquanto o encolhimento dos mercados impunha grandes perdas de renda relativa e absoluta para os trabalhadores sindicalizados, setores desorganizados da classe média, setores comerciais e competitivos da manufatura dependentes do consumo da massa. A Tabela 5 dá uma idéia da magnitude das perdas de renda e do poder de compra associados aos crescentes conflitos distributivos.

TABELA 5  
SALÁRIO REAL E PODER DE COMPRA

	Salário Real Dez 83 = 100	Inflação Média Mensal	Poder de Compra Dez 83 = 100	Varição Anual o Poder de Compra (%)
1983	93,4	15,0	104,5	23,5
1984	112,4	18,8	123,3	18,0
1985	90,3	14,1	101,6	-17,4
1986	92,2	5,1	109,0	7,4
1987	86,7	8,8	100,0	-7,9
1988	82,5	14,1	92,8	-7,6
1987				
Jan	85,7	7,0	99,1	-2,4
Fev	85,1	7,4	97,0	-8,8
Mar	82,5	5,8	96,3	-5,7
Abr	86,6	3,8	96,7	-2,5
Mai	96,4	6,1	99,8	-3,5
Jun	90,1	9,1	107,3	-5,7
Jul	87,9	11,9	97,7	-2,4
Ago	85,1	12,7	93,4	-14,8
Set	91,3	15,6	89,8	-17,6
Out	88,9	14,8	93,5	-12,6
Nov	81,6	6,8	99,1	-13,0
Dez	83,4	6,2	94,3	-8,4
1988				
Jan	83,6	9,8	92,0	-7,2
Fev	79,3	12,6	90,2	-7,0
Mar	86,1	16,0	82,4	-14,5
Abr	78,3	16,5	88,2	-8,8
Mai	86,2	16,8	80,6	-19,2
Jun	82,2	21,7	85,8	-20,0
Jul	77,2	26,6	77,4	-20,8
Ago	67,8	19,4	74,8	-20,0
Set	80,8	10,3	83,4	-7,1
Out	82,6	7,3	90,4	-3,4
Nov	87,0	6,3	94,4	-4,8
Dez	86,6	7,9	98,0	3,9
1989				
Jan	86,2	9,3	95,8	4,2
Fev	81,6	13,2	93,0	3,1
Mar	75,3	24,9	80,2	-2,7
Abr	75,3	54,3	63,7	-27,8
Mai	83,1	98,2	63,8	-20,9
Jun	----	150,4	44,4	-48,2

FONTE: INDICADORES DE CONJUNTURA [19-?]. Note que os cálculos para inflação e salários diferem ligeiramente dos dados oficiais do INDEC devido a variações menores na metodologia.

O setor privado aglutinava-se na medida em que a situação se deteriorava. O resultado foi uma ampla coalizão de organizações empresariais conhecida com “Grupo dos 17”. A política que produziu a mais forte oposição desta coalizão foi a proposta de um grande “choque fiscal” para equilibrar as finanças públicas. A crítica venenosa de “viés anti-investidor” ao pacote de reforma tributária, feita pela União Industrial, cristalizou o sentimento geral de hostilidade da comunidade de negócios. O Conselho Geral da UIA declarou publicamente que este episódio era apenas o último exemplo de “reiteradas frustrações” que tinham destruído a credibilidade governamental. Significativamente, com apoio cada vez menor mesmo dentro do Partido Radical, o Governo estava incapaz de evitar que os *lobbies* empresariais diluíssem as propostas originais de um duro choque fiscal, feitas pela equipe econômica.<sup>18</sup>

A crescente tensão nas relações com a classe empresarial e com as organizações trabalhistas, nos primeiros meses de 1988, junto com o cancelamento pelo FMI de empréstimos não desembolsados e a contínua drenagem de capitais em fuga ao exterior, deixou o Governo com pouquíssimo espaço de manobras. Para piorar a situação, o crescente desespero do Partido Radical, causado por pesquisas que favoreciam o candidato peronista para as eleições presidenciais de maio de 1989, levou a um crescente clamor para que Alfonsín e a equipe econômica fizessem alguma coisa, qualquer coisa, para retomar o controle sobre a economia.

## 6. O “PLANO PRIMAVERA” (Ago 1988/Jan 1989)

Respondendo a estas pressões, em 3 de agosto de 1988, Sourrouille anunciou o chamado Plano Primavera, a última e desesperada cartada do Governo Alfonsín para redimir sua imagem e melhorar as perspectivas do Partido Radical na campanha presidencial. Os arquitetos do Plano argumentavam que a única solução para o impasse econômico vivido pela Argentina era forçar o paciente a engolir doses ainda maiores de ortodoxia monetarista. Numa linguagem pouco comum para um documento oficial, a equipe econômica lançava a responsabilidade pela piora da crise diretamente sobre a fracionada sociedade civil. Tanto os produtores, quanto os trabalhadores e suas organizações foram culpados por bloqueios a mudanças urgentemente requeridas, “não só nas políticas, mas também nos comportamentos e nas instituições, profundamente enraizados”. Aparentemente des preocupados com as conseqüências eleitorais, Sourrouille e

---

18. Veja a declaração da UIA de 23 de outubro de 1987 e o texto das propostas da UIA, para a Câmara dos Deputados, de modificações no Sistema Tributário, ambos reproduzidos em UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA (1987: 53-63).



seus colaboradores tecnocratas admoestavam duramente os argentinos sobre a necessidade de um prolongado período de austeridade e de pesados sacrifícios antes que os benefícios da estratégia governamental se tornassem visíveis (ARGENTINA, 1988: 12, THE ARGENTINE LETTER, 1988).

O Plano Primavera era crucialmente dependente do apoio político e econômico recebido dos bancos credores externos e das instituições multilaterais. Porém a suspensão pela Argentina do pagamento dos juros de sua dívida externa em abril de 1988, mais os repetidos fracassos em atingir as metas de desempenho do FMI, tinham erodido profundamente a confiança da comunidade financeira internacional num Governo enfraquecido e em fim de mandato. Assim, enquanto saudavam o Plano Primavera, os atores externos se mantinham claramente céticos acerca da habilidade de Sourrouille em levar adiante suas reformas anti-estatistas e pró-mercado - mas, mesmo assim, fizeram sua parte.

O Tesouro norte-americano aprovou um empréstimo ponte de US\$ 500 milhões que pavimentava o caminho para novos recursos internacionais no volume de US\$ 1,5 bilhões e garantia o recebimento de novos empréstimos de contingência do FMI no valor de US\$ 1,2 bilhões. O Banco Mundial também prometeu novos créditos e empréstimos. A disponibilidade de reservas em moeda forte encorajou a equipe econômica a jogar todas suas fichas, que estavam diminuindo, na manutenção de uma taxa de câmbio sobrevalorizada. Mesmo introduzindo um forte viés anti-exportador, um Austral forte era visto como fundamental para revigorar um consumo declinante, a confiança do setor privado e evitar a explosão inflacionária (THE ARGENTINE LETTER, 1988, CLARÍN, 1988). Entretanto, mesmo com este apoio externo, a equipe de Sourrouille seria claramente pressionada para reverter o aprofundamento da incerteza política e econômica.

Embora o presidente Alfonsín tenha alardeado o Plano Primavera como uma "aliança entre a produção e a democracia" (CLARÍN, 1988), ele encontrava dificuldades em sua implementação, dada a crescente determinação do Congresso em defender suas prerrogativas de examinar e aprovar as políticas governamentais. Para enfrentar este desafio, o Governo Alfonsín, consideravelmente enfraquecido, foi levado a lançar mão daquilo que a União Industrial corretamente definiu como uma tentativa de contornar o processo legislativo (UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA, 1988: 21). Primeiro, as autoridades negociaram uma "trégua" temporária de 180 dias nos preços (com acordo firmemente estabelecido para somente os primeiros 60 dias) com a UIA e a Câmara Argentina de Comércio (CAC), recusando-se a participar a SRA, as associações de bancos e outros grupos representativos (EMPRESÁRIOS, 1988, CERRADA, 1988). Em segundo lugar, usando do poder do Executivo em fazer decretos, a equipe econômica introduziu um mercado duplo de câmbio. Em terceiro, novamente usando a autoridade do

executivo, foram aumentados os impostos sobre exportações de produtos primários para capturar divisas escassas para os quase vazios cofres do Banco Central (ARGENTINA, 1988).

## 7. “GOLPE DE MERCADO” E O COLAPSO FINAL (Fev 1989/Jul 1989)

A inflação de fato caiu significativamente nos primeiros meses do Plano Primavera, com a variação dos preços ao consumidor declinando de 27,6% em agosto para 5,7% em novembro. Entretanto, não foi surpresa que nem os decretos do Executivo, nem os pactos improvisados (particularmente aquele que excluía os sindicatos), tenham conseguido abolir conflitos distributivos (REPORTAJE, 1988). Apostando que o Governo não poderia continuar a vender indefinidamente dólares baratos e que uma maxi-desvalorização da moeda local era inevitável, os interesses agro-exportadores, grandes grupos industriais e indivíduos ricos compravam dólares numa febre especulativa. Na verdade, em apenas poucas semanas o Banco Central vendeu centenas de milhões de dólares no mercado livre de câmbio numa vã tentativa de sustentar a taxa de câmbio. O resultado líquido foram massivos subsídios governamentais para a fuga de capitais e o lançamento para a estratosfera das taxas de juros de curto prazo, o que impedia investimentos e aprofundava as já fortes tendências recessivas.<sup>19</sup>

Finalmente, no início de fevereiro, com suas reservas internacionais virtualmente exauridas, o Banco Central anunciou que não iria mais vender dólares no mercado livre. Adolfo Canitrot, então Vice-Ministro da Economia ofereceu o seguinte quadro:

“Em 6 de fevereiro eles nos atropelaram. Nos últimos 10 dias de janeiro nós [a equipe econômica] tínhamos sinais claros de que um grande número de firmas, algumas delas multinacionais, estavam correndo em massa para o dólar. Houve uma firma que comprou 700 *palos* [US\$ 700.000] em um dia e tudo desandou. [José Luis] Machinea [Presidente do Banco Central] teve de fechar a *ventanilla* do Banco Central e não vender mais dólares, porque se tivesse continuado por mais dois dias, eles teriam levado tudo, inclusive as cadeiras” (ENTREVISTA, 1989b).

---

19. Enquanto alguns Radicais (Juan Carlos Pugliese mencionava “40 especuladores”) acreditavam na existência de ampla conspiração para desestabilizar o Governo Alfonsín, crescente incerteza política e hiperinflação eram suficientes para explicar o “veto dos poupadores” à política governamental. Veja a entrevista com Adolfo Canitrot (ex-membro da equipe de Sourrouille) em ENTREVISTA (1989a).



Em seguida a este muito eficaz “Golpe de Mercado”,<sup>20</sup> o apoio à equipe econômica pelos principais aliados domésticos - a UIA, a Câmara de Comércio e os “capitães da indústria” - evaporou-se rapidamente. É de se notar que muitas das firmas controladas pelos “capitães” estavam entre as mais ativas na especulação com a moeda e que aumentavam freneticamente preços no atacado e no varejo, violando os acordos anteriores.<sup>21</sup> Simultaneamente, a equipe de Sourrouille também perdeu seus aliados no exterior.

Não se dispendo a subsidiar especulação e fuga de capitais, no início de março, o FMI e o Banco Mundial interromperam os fluxos de dólares para a Argentina.

O Plano Primavera estava morto. Quando a inflação mensal em março quase dobrou para 17%, Alfonsín finalmente sujeitou-se à forte pressão política feita por Eduardo Angeloz, candidato do Partido Radical, e relutantemente aceitou a renúncia de Sourrouille. Assumiu o seu lugar o veterano militante Radical Juan Carlos Pugliese, Presidente da Câmara dos Deputados e ex-Ministro da Economia dos Anos 60. Havia pouca coisa que Pugliese pudesse fazer. Os preços no atacado variaram 58% em abril, com preços ao consumidor aumentando 33,4%. Esse crescimento vertiginoso continuou em maio (preços no atacado variando 104,5%), ficando os salários muito defasados.

Para surpresa de ninguém, o peronista Carlos Menem - cuja plataforma prometia um *salariato* (grande aumento salarial) - derrotou firmemente Angeloz por uma diferença de 47 para 23% nas eleições de 15 de maio, com os peronistas tendo também uma grande vitória nas eleições para Deputado Federal. Depois destas a economia se descontrolou por completo. O dólar, como sempre um barômetro sensível, que estava sendo trocado por 100 austrais na vespéra das eleições, disparou para 200 austrais em uma semana e, em junho, atingiu 540 austrais.

---

20. A *débaclé* de 6 fevereiro exemplifica a nova modalidade de desestabilização política na Argentina - o “Golpe de Mercado”. O golpe de mercado é mais democrático que os golpes militares. Golpes de mercado “são iniciados pelos especuladores ... porque são os primeiros a perceber a perda de reservas, que se imprimem quantidades excessivas de dinheiro sem respaldo, que mais funcionários públicos são contratados, se há corrupção ou não, se os gastos públicos se reduzem ou não. Quando a maioria da população [que] é, na realidade, o ‘Mercado’ ... começa a perceber a mesma coisa então sucede o ‘Golpe de Mercado’”. (ÁMBITO FINANCIERO, 1989).

21. Por exemplo, Eduardo de la Fuente, Presidente da UIA, atribuiu “exclusiva responsabilidade” pelas políticas “contraproducentes” somente ao Governo. Logo em seguida, a UIA retirou-se da comissão oficial responsável pelo acompanhamento dos preços. Veja nota à imprensa nº 347 (24/fevereiro/1989) e nº 348 (28/fevereiro/1989), reproduzidas em UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA (1988: 14-15). Veja também CUANDO (1989).



Os trabalhadores e a classe média entraram em pânico na medida em que suas poupanças evaporaram e seus salários e poder de compra caíram mais de 50% (veja Tabela 5) desde o fim de 1988. Ao final de maio, distúrbios gerados pela falta de alimentos e saques a supermercados em regiões pobres e habitadas pela classe trabalhadora se espalharam de Córdoba e Rosário para o vasto cinturão industrial que circunda Buenos Aires. Alfonsín substituiu Pugliese pelo Deputado Radical Jesus Rodríguez, mas a situação estava longe de ser controlada e, no início de junho, declarou-se o estado de sítio, dado o medo crescente de que uma insurreição popular massiva pudesse estar se formando. Mesmo que por poucos dias, a Argentina ficou “sem Estado”: ninguém sabia o valor da moeda (os bancos e casas de câmbio estavam de “férias”) e, com a polícia e as forças armadas incapazes de restaurar rapidamente a ordem, até mesmo o monopólio do Governo no exercício da coerção parecia inefetivo.<sup>22</sup>

A economia mergulhava loucamente na hiperinflação: os preços ao consumidor dispararam 114,5 e 196,5% em junho e julho, respectivamente. No período entre o Plano Primavera em agosto de 1988 até o fim de julho de 1989, os preços ao consumidor subiram 3.610,2% e os preços no atacado 5.061,9%. A perspectiva de sete meses de caos total, com um Presidente totalmente desacreditado na Casa Rosada, era intolerável para todos os setores da sociedade argentina. Uma apressada troca no poder ocorreu em 8 de julho de 1989. Juntamente com a faixa presidencial, Raul Alfonsín legou ao peronista Carlos Menem o pior colapso econômico já documentado na longa e trágica história de desastres provocados pelo homem na Argentina.

## CONCLUSÕES

Uma leitura benevolente da história da política macroeconômica durante os Anos Alfonsín pode levar à conclusão de que as políticas heterodoxas implementadas por Sourrouille e sua equipe econômica registraram alguns sucessos que, quase certamente, evitaram desastres econômicos e sociais que, provavelmente, seriam provocados com a continuidade do keynesianismo ingênuo de Grinspun ou com a aplicação da ortodoxia ao estilo do FMI. O Plano Austral foi, nesta perspectiva, uma conquista política significativa que deu ao Governo Alfonsín o espaço crucial que necessitava a fim de construir uma cultura política mais tole-

---

22. Um artigo no “Cronista Comercial” chamava a atenção para o fato de que o “fenômeno insurrecional” era o produto das condições “objetivas” formadas pela pobreza da massa e pela hiperinflação, condições que causavam a “dissolução” da autoridade estatal. Alfonsín, o artigo salientava, era “um presidente exaurido, sem qualquer autoridade”. Citado em EL BIMESTRE POLÍTICO Y ECONÓMICO (1989).

rante e de consolidar as ainda frágeis instituições democráticas. Há muito de verdade nesta leitura. Justamente por isto, entretanto, tem de ser notado que uma vez que a inflação tinha sido colocada sob controle provisório, os heterodoxos falharam na obtenção de uma genuína estabilização ou de uma duradoura reativação econômica. Esta falha tem de ser contabilizada no lado negativo da avaliação.

De fato, uma leitura menos otimista dos mesmos eventos, centrada na *débaçle* do Plano Primavera e no “Golpe de Mercado” em fevereiro de 1990, na hiperinflação decorrente, e na saída prematura e vergonhosa de Alfonsín da Casa Rosada, levanta questões extremamente problemáticas a respeito tanto da continuidade da doença econômica da Argentina, quanto do futuro de suas instituições democráticas.

De novo, as restrições externas provaram-se virtualmente insuperáveis. O Governo Alfonsín, após sua derrota de 1984 no “jogo do covarde” (*chicken game*) com o FMI e os bancos credores, viu a dívida externa saltar para mais de US\$ 60 bilhões. Com limitado espaço de manobra externo, os Radicais abriram mão do poder em favor de Menem e os peronistas, sem dar solução para as causas estruturais da alta inflação e da estagnação. A crise da dívida não solucionada e a contínua hemorrhagia para o exterior da poupança doméstica continuaram a ter severas conseqüências sobre o investimento doméstico, que passa de uma média de 21,4% do PIB nos Anos 70 para somente 12,1% em 1988. Isto tornou impossível para a Argentina manter-se em dia com o rápido andamento de reestruturação econômica global ficando atrás não só do Brasil e do México, mas também dos NICs asiáticos. O esforço da equipe de Sourrouille para abrir a economia Argentina, aumentando a competitividade do setor industrial, falhou em modificar substancialmente a preferência dos industriais pela segurança do mercado doméstico protegido (LÓPEZ, LUGONES, 1989). A crise fiscal do Estado argentino continuou inalterada. Mais ainda, o dispêndio estatal progressivamente tomou a forma socialmente perversa de transferências subsidiadas massivas para os grupos econômicos mais poderosos e bem organizados.<sup>23</sup>

Que tipo de modelo econômico recebeu Menem dos Radicais? A estagnação econômica contínua sob Alfonsín e Sourrouille consolidou e, na realidade, aprofundou a desindustrialização e o encolhimento do mercado doméstico, iniciados pelo regime militar pós-1976. Esta conclusão pouco abonadora torna-se mais clara a partir da análise da Tabela 6. A comparação entre 1974 e 1983 revela

---

23. Ao denunciar o que chamou de “capitalismo socorrido”, o Governo Alfonsín situava estes subsídios em algo próximo de US\$ 4 bilhões, salientando que isto é 2,75 vezes o gasto do Governo Central em educação e 7 vezes a despesa com bem estar-social, enquanto absorvia 23% da receita tributária, 70% de investimentos totais do setor público e exatos 2/3 de todo o déficit público. ARGENTINA (1989)

um declínio de 11,9% no produto físico do setor industrial; comparando 1983 com 1988, aparece um negligenciável aumento de 0,6% na produção. Similarmente, o número de trabalhadores empregados na manufatura declinou em 39,4% de 1974 a 1983, enquanto o período 1983-8 registrou um decréscimo menor, mas significativo de 5,2%. É claro que a contrapartida à redução da força de trabalho, principalmente daquela ligada à produção, foi um tremendo aumento da produtividade do trabalho durante o regime militar, cujo ritmo diminuiu durante os Anos Alfonsín. Crescente produtividade do trabalho, associada a taxas declinantes de investimento e reduzidos custos trabalhistas, resultou em enormes transfências de renda dos assalariados para o capital (MARSHALL, 1989, ORSATTI, 1989).

TABELA 6  
EVOLUÇÃO DO SETOR INDUSTRIAL, 1974-88  
(1970 = 100)

	Volume Físico da Produção	Número de Trabalhadores	Produtividade do Trabalho	Horas Trabalhadas	Produtividade do Trabalho em Horas	Salários Reais 1983 = 100
	I	II	III = I/II	IV	V = I/IV	VI
Variação %						
1983/1974	-11,9	-34,4	40,8	-34,6	31,9	---
Variação %						
1988/1983	0,6	- 5,2	11,9	- 4,0	8,4	-7,2
1983	110,8	75,4	146,9	79,4	139,5	100,0
1984	113,8	77,6	146,6	80,2	141,9	123,3
1985	103,1	74,8	137,8	73,7	139,9	101,6
1986	115,9	71,7	161,6	74,4	155,5	109,0
1987	117,3	71,3	164,5	73,5	159,6	100,4
1988	111,5	70,2	158,8	75,4	147,9	92,8

FONTE: BOLETIN ESTADÍSTICO TRIMENSUAL, vários números. Cálculo do INDEC.

A consolidação das mudanças estruturais levadas a cabo pelo regime autoritário de pós-1976 tiveram profundas implicações para a justiça distributiva, num país que há muito se orgulhava de uma distribuição de renda relativamente equitativa e da ausência de pobreza disseminada. O PIB per capita em 1988 era 12% menor que em 1985 e aproximadamente o mesmo de 1959. O empobrecimento relativo foi acompanhado por crescentes desigualdades de renda. Os salários em



1979 representavam 46% do PIB; em 1983, ao fim do regime militar, o número correspondente passou para 33%. Em 1988, após quatro anos de democracia, os trabalhadores e a classe média assalariada viram sua participação na riqueza nacional declinar para somente 31% do PIB (PAZ, 1989: 104).

O outro lado deste processo, certamente, foi a crescente concentração de riqueza entre os grupos de renda mais alta. Em 1960 os 10% de maior renda recebiam 39% do PIB, uma cifra pequena para os padrões da América Latina. Até 1974, esta cifra tinha declinado para 35%, antes de saltar para 44% em 1980, graças às políticas do regime militar. Em 1988, os 10% da maior renda recebiam 46% da renda nacional, um número mais próximo da norma latino-americana (PAZ, 1989: 104).

Apesar do número de “pobres estruturais” (*i. e.*, aqueles que experimentam problemas severos de habitação, infra-estrutura social e rendimentos inadequados para prover suas necessidades básicas) ter declinado significativamente desde os Anos 70, o número de “novos” pobres aumentou aproximadamente em oito vezes no mesmo período. Estes novos “miseráveis” consistem de famílias da classe trabalhadora e da classe média, que no passado tinham tido um razoável padrão de vida, mas que, devido ao declínio econômico do País, têm sido lançadas na pobreza, freqüentemente indistinta daquela em que se encontram os “pobres estruturais” (LA POBREZA, 1989).

Na realidade, a pobreza piorou sob o regime democrático. Em meados de 1988, por exemplo, no conurbano bonarense, compreendendo 19 distritos no coração industrial da Argentina ao redor da capital federal, de uma população total de aproximadamente 7,3 milhões de habitantes, 36,7% de todas as famílias e 44,3% dos indivíduos viviam na pobreza. Das famílias pobres, 31,3% eram classificados como “pobres estruturais”, enquanto 68,7% eram “novos pobres”, isto é, vítimas da estagnação econômica, declinantes perspectivas de emprego e salários reais em queda (LA POBREZA, 1989: 32).

Apesar de o Governo Alfonsín não ser responsável pela origem da pobreza na Argentina, é verdade, contudo, que suas políticas econômicas e sociais pouco ou nada se referiam às necessidades básicas deste contingente crescente de argentinos pobres, um grupo atualmente estimado de 9-10 milhões de pessoas no País como um todo (UN TÉRCIO, 1989).

Voltaremos agora para algumas questões sociológicas em relação aos conflitos distributivos. O corte neoliberal da estratégia oficial pós-1987 levanta questões intrigantes sobre as interações estratégicas entre *policymakers*, empresários e o movimento trabalhista. A decisão dos *policymakers* heterodoxos de reduzir a intervenção estatal foi um tiro que saiu pela culatra. A progressiva subordinação das políticas à lógica do critério de mercado efetivamente reforçou o

“veto do poupador”. Especuladores e promotores da fuga de capitais prosperaram. Os perdedores incluíam consumidores, trabalhadores organizados, setores mais fracos do capital e, é claro, o Estado.

O setor privado, naturalmente, saudou esta mudança para uma estratégia mais orientada pelo mercado, porém, os empresários estavam notoriamente relutantes em modificar suas expectativas e comportamentos, de acordo com os pressupostos do projeto governamental de reconversão industrial. Ao contrário, os setores empresariais dominantes usaram o poder de veto ao máximo, ao demandarem que a retórica anti-estatista fosse transformada em ação concreta, particularmente pela redução do déficit fiscal, pelo fim dos controles de preços e por uma posição mais dura no trato com o movimento trabalhista. O Governo, entretanto, não podia acomodar prontamente as demandas do setor privado. Sourrouille e sua equipe foram obrigados a agir dentro do contexto de regras democráticas, permanecendo leais ao Presidente (e, secundariamente, ao Partido) cuja legitimidade dependia de periódicas disputas eleitorais. Os políticos e os *policymakers* do Partido Radical foram pegos numa situação sem saída. A repetição de choques econômicos progressivamente mais ortodoxos - culminando finalmente no desastroso Plano Primavera - minou a confiança nas políticas oficiais e inadvertidamente encorajou os “franco-atiradores” do setor privado e do movimento trabalhista. Naturalmente, isto atizou um conflito distributivo cada vez mais forte com a hiperinflação surgindo como resultado inexorável. Com a popularidade e a credibilidade de seus líderes destruídas, os Radicais pagaram o preço nas eleições.

Era inevitável tal resultado? Poderiam Alfonsín e os Radicais terem perseguido com sucesso uma agenda mais “reformista”, de acordo com suas inclinações democráticas? Por que o entusiasmo inicial pelo Plano Austral evaporou-se, transformando-se em desespero e finalmente em repúdio?

Olhando para trás, talvez o Governo Alfonsín possa ter falhado por ter sido tímido no confronto com as restrições externas e domésticas. Uma liderança mais corajosa talvez pudesse ter tentado forjar novas instituições e coalizões políticas para canalizar o apoio popular a um programa de reforma social e econômica. Se iniciada logo, quando a memória da vitória sobre a inflação ainda estava fresca, uma tentativa concertada de transformar o consenso produzido pelas políticas heterodoxas em medidas mais “progressistas”, apoiadas por um amplo pacto social, teria fornecido os suportes para o sucesso político e econômico no longo prazo.

Porém, Alfonsín e seus acessores heterodoxos hesitaram em levantar o apoio popular para suas políticas. Ao contrário, talvez antecipando reações negativas dos poderosos atores internacionais ou do setor privado local, Alfonsín escolheu se apoiar em negociações secretas com empresários e líderes sindicais -



os “capitães da indústria” e sua contrapartida, os sindicalistas anti-reformistas. A falha em articular um pacto social que funcionasse limitou profundamente as chances de uma estabilização bem sucedida. A retórica de pactos sociais sem base na realidade provou-se uma fachada atrás da qual ocorria o fortalecimento das prerrogativas de executivo sem a participação contrabalançadora dos políticos eleitos democraticamente.

Nisto se apoia a questão central a respeito da consolidação democrática: os meios utilizados para levar a cabo a estratégia econômica do Governo minaram os importantes procedimentos e mecanismos centrais para uma política democrática?

A análise do Plano Primavera pela União Industrial oferece valiosas indicações de uma fonte insuspeita. Como mencionado anteriormente, a UIA salientou que Alfonsín e Sourrouille tinham sido forçados pela resistência parlamentar a avançar seu programa através de decretos e outras medidas executivas. Candidamente, a UIA explicava que os “modelos neoestruturalistas” de Sourrouille só funcionariam com um poder político governamental suficiente para impor um “congelamento autoritário” de salários e preços. Mas, como a UIA notou, “em agosto de 1988 isto não era possível” (UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA, 1988: 21).

Na medida em que a economia despencou no precipício da hiperinflação, o Congresso tentou reafirmar suas prerrogativas. A verdade, porém, é que sob o Governo Alfonsín os políticos do Partido Radical virtualmente nada tinham a dizer acerca de escolhas fundamentais na estratégia macroeconômica. Enquanto autoridades do FMI e do Banco Mundial eram freqüentemente consultadas, os líderes do Partido Radical no Congresso, juntamente com os partidos de oposição, usualmente sequer tinham as informações antes que cada “novo” pacote estivesse pronto para ser divulgado em rede de televisão. Esta preponderância do poder executivo sobre o legislativo tornou quase impossível para o sistema partidário servir como mecanismo institucional legítimo na mediação dos conflitos sociais inescapáveis, inerentes a qualquer sociedade tão complexa quanto a Argentina.<sup>24</sup>

Esta análise da transição democrática na Argentina reforça as duras lições apreendidas dos regimes autoritários, a saber, formas tecnocráticas de se fazer política, confinadas aos corredores do poder executivo, não podem se reivindicar o *status* de racionalidades superiores. Mais ainda, formas excludentes de

---

24. Conclusões similares podem ser tiradas de estudos sobre o Plano Cruzado no Brasil. SOLA (1988, 1989). Veja também os comentários provocativos de O'DONNELL (1989).



fazer política contém uma lógica poderosa que quase inexoravelmente não só conduz à expansão da burocracia estatal além do razoável, mas também resulta numa privatização do poder do Estado, na medida em que favorece os empresários altamente organizados em detrimento do restante da sociedade. Práticas tecnocráticas similares, sob regimes democráticos recém-nascidos, freqüentemente são justificadas com os argumentos de sobrevivência política no curto prazo, pura necessidade econômica ou simples oportunismo. Tais justificativas podem parecer bastante convincentes, especialmente quando utilizadas por políticos e *policymakers* genuinamente democratas e comprometidos com reformas econômicas e sociais. Mas, independentemente de quão tentador possa ser este jeito de pensar, a evidência até o momento na Argentina, forçosamente, leva à conclusão de que estes atalhos aparentes são profundos inimigos da real tarefa de consolidação e aprofundamento democráticos.

## BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA, Carlos. *Intereses empresários, dictadura y democracia en la Argentina actual*. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 15, Miami, 1989.
- , GOLBERT, Laura. *Los empresários y sus organizaciones : actitudes y reacciones en relación al Plan Austral*. Buenos Aires : [s.n.], 1989. (manuscrito).
- ÁMBITO FINANCIERO, Buenos Aires, p. 1-2., 15 dez., 1989.
- ARGENTINA. Ministério da Economia. *Plan de reforma económica*. Buenos Aires, jun. 1985a.
- . Presidencia de la Nación. Secretaria de Planificación. *Lineamientos de una estrategia de crecimiento económico*. 1985-1989. Buenos Aires, 1985b.
- . Central Bank. *Argentine economic memorandum 1986 : second quarter*. Buenos Aires, 1986.
- . *Argentine economic memorandum 1987 : second quarter*. Buenos Aires, 1987a.
- . *Argentine economic memorandum 1987 : fourth quarter*. Buenos Aires, 1987b.
- . *Programa para la recuperación económica y el crecimiento sostenido*. Buenos Aires, 1988.
- . Poder Ejecutivo Nacional. Ministerio de la Economía. *Política para el cambio estructural en el sector público : mensajes de los proyectos de leyes de presupuestos 1986/1989*. Buenos Aires, 1989.
- THE ARGENTINE LETTER. Buenos Aires, v. 1, n. 3, 1988a; v. 1, n. 5, 1988.
- ARIDA, Pérsio, LARA RESENDE, André. *Inflação inercial e reforma monetária : Brasil*. In: ---. (ed.) *Inflação zero : Brasil, Argentina, Israel*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986. p. 9-37.
- AZNAR, Luis et al. *Alfonsín : discursos sobre el discurso* Buenos Aires : FUCADE/EUDEBA, 1986.
- AZPIAZU, Daniel, BASUALDO, Eduardo M., KHAVISSE, Miguel. *El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80*. Buenos Aires : Editorial Legasa, 1986.
- . BISANG, Roberto, KOSACOFF, Bernardo. *Evolución estructural y apertura exportadora*. *Boletín Informativo Techint*, Buenos Aires, n. 253, p. 25-75, 1988.

- BARTLETT, Sarah. A vicious circle in the Latin-American debt crises. *New York Times*, New York, 15 jan. 1989.
- BASUALDO, Eduardo M. *Deuda externa y poder económico en la Argentina*. Buenos Aires : Editorial Nueva América, 1987.
- EL BIMESTRE POLÍTICO Y ECONÓMICO. Buenos Aires, n. 48, p. 31-32, 1989.
- . Buenos Aires, vários números.
- BOLETÍN ESTADÍSTICO MENSUAL, Buenos Aires : INDEC, [19-?], vários números.
- BOLETÍN ESTADÍSTICO TRIMENSUAL, Buenos Aires : INDEC. [19-?], vários números.
- CAVAROZZI, Marcelo, FELDMAN, Jorge. *Concertación, estado y sindicatos en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires : CEDES, 1987. (Estudios CEDES).
- CERRADA oposición empresarial a la apertura de la economía. *Clarín*, Buenos Aires, 23 set, 1988. p. 3.
- CLARÍN, Buenos Aires, 13 ago., 1988, p. 1.
- CON Huelgas y sin perdon. *Clarín*, Buenos Aires, 6 nov., 1988. p. 16-17.
- CORALLINI, Cecilia Mosto, AVALLE, Oscar. La concertación como mecanismo de autoregulación de las demandas funcionales empresariales en la Argentina, *Boletín Informativo Techint*, Buenos Aires, n. 241, p. 29-52, 1986.
- CUANDO se tienen más aliados de los que el rumor sugiere. *La Nación*, Buenos Aires, 19 feb., 1989. p. 7.
- DORNBUSCH, Rudiger, PABLO, Juan Carlos de. *Deuda externa y inestabilidad macroeconómica en la Argentina*. Buenos Aires : Editorial Sudamericana, 1988.
- EMPRESÁRIOS aceptan precios cero en octubre, pero resisten a la apertura. *Ámbito Financiero*, Buenos Aires, 14 set., 1988. p. 2, 50.
- ENTREVISTA com Saul Ubaldimi. *Clarín*, Buenos Aires. 27 abr., 1986.
- ENTREVISTA com Adolfo Canitrot. *Ámbito Financiero*, Buenos Aires, 7 set., 1989a. p. 41-42, 44.
- . *Página 12*, Buenos Aires, 10 set., 1989b. p. 8-9.



- FRENKEL, Roberto. Salarios e inflación en América Latina : resultados de investigaciones recientes en la Argentina, Brasil, Colombia, Costa Rica y Chile. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, n. 100, p. 587-622, 1986.
- , DAMIL, Mario. Política de estabilización y mercado de trabajo : Argentina 1985-87. Buenos Aires : CEDES, 1988. (Documentos ; 8).
- , FANELLI, José María. *El Plan Austral* : un año y medio después. Buenos Aires : [s.n.], 1987.
- , ---, SOMER, Juan. *El proceso de endeudamiento externo argentino*. Buenos Aires : CEDES, 1988 (Documento ; 2).
- , ROZENWURCEL, Guillermo. *Restricción externa y generación de recursos para el crecimiento en América Latina*. Buenos Aires : CEDES, 1988. (Documento ; 15).
- , WINOGRAD, Carlos. *Growth exercise for Argentina*. Buenos Aires : [s.n.], 1989. (manuscrito).
- GARCIA, Alfredo, JUNCO, Silvia. História de la renegociación de la deuda externa Argentina. *Boletín Informativo Techint*, Buenos Aires, n. 245. p. 29-58, 1987.
- GAUDIO, Ricardo, DOMENICONI, Héctor. Las primeras elecciones sindicales en la transición democrática. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, n. 103, p. 423-453, 1986.
- GODIO, Julio. Lazzaretistas, desestabilizadores y renovadores. *La Ciudad Futura*, n. 1, p. 4-5, 1986.
- HEYMANN, Daniel, NAVAJAS, Fernando, WARNES, Ignacio. *Conflicto distributivo y déficit fiscal* : algunos juegos inflacionarios. Buenos Aires : [s.n.], 1989, (manuscrito).
- HIRSCHMAN, Albert. The political economy of latin american development : seven exercises in retrospection. *Latin American Research Review*, [s.l.], v. 23, n. 3, p. 7-36, 1987.
- INDICADORES DE CONJUNTURA, Buenos Aires : FIEL, [19-?], vários números.
- LATIN AMERICAN REGIONAL REPORTS : Southern Cone, 11 sept. 1986. p. 2.
- LEY de asociaciones sindicales : normas nuevas y presiones antiguas. *El Bimestre Político y Económico*, Buenos Aires, n. 38, p. 14-16, 1988.

- LIPNOWSKI, Irwin, MAITAL, Shlomo. Hanging together or separately : a game theoretic approach to macroeconomic conflict. In: ---,---. (eds.) *Macroeconomic Conflict and Social Institutions*. Cambridge : Ballinger, 1985.
- LOPES, Francisco. *O choque heterodoxo : combate à inflação e reforma monetária*. Rio de Janeiro : Campus, 1986.
- LOPEZ, Andrés, LUGONES, Gustavo. ¿ Un nuevo crecimiento hacia afuera? exportación de manufacturas como eje dinámico de la economía. *Nuevo Proyecto*, n. 5-6, p. 139-154, 1989.
- MARSHAL, Adriana. The fall in labor's share in income and consumption : a new growth model for Argentina. In: CANAK, William (ed.) *Lost promises : debt, austerity and development in Latin America*. Boulder ; London : Westview, 1989.
- MONTEÓN, Michael. Can Argentina's democracy survive economic disaster? In: RAMOS, Mónica Peralta, WAISMAN, Carlos (eds.) *From military rule to liberal democracy in Argentina*. Boulder : London : Westview, 1987.
- O'DONNELL, Guillermo. Argentina, de novo. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 24, p. 139-154, 1989.
- ORSATTI, Alvaro. El ciclo de los salarios y el empleo en el quinquenio radical (1984-1988) *Nuevo Proyecto*, n. 5-6, p. 113-126, 1989.
- PALOMINO, Héctor. La normalización de la CGT : ¿ diez años no es nada? *El Bimestre Político y Económico*, Buenos Aires, n. 3, p. 11-14, 1987a.
- . Los conflictos laborales bajo el gobierno constitucional : del Plan Austral al Minis-tério de Trabajo Carlos Alderete (1985-1987). *Debate Sindical*, Buenos Aires. 1987b.
- . *Cambios ocupacionales y sociales en Argentina 1947-1985*. Buenos Aires : [s. n.], 1988.
- PAZ, Pedro. La gestión económica del radicalismo (1983/88). n. 5-6, p. 79-112, 1989.
- LA POBREZA en el conurbano bonarense. *Estudios INDEC*, Buenos Aires, n. 13, 1989.
- REPORTAJE a Jorge Triaca : el Plan Primavera alienta conflictos. *Clarín*, Buenos Aires, 6 nov., 1988. p. 2.

- SCHVARZER, Jorge, SIDICARO, Ricardo. Empresários y el estado en la reconstrucción de la democracia en la Argentina. *El Bimestre Político y Económico*, Buenos Aires, n. 35, p. 5-14, 1987.
- SMITH, William C. Heterodox shocks and the political economy of democratic transition in Argentina and Brazil. In: CANAK, William (ed.) *Lost promises : debt austerity and development in Latin America*. Boulder : Westview, 1989a.
- . *Authoritarianism and the crisis of the Argentine political economy*. Stanford : Stanford University, 1989b.
- SOLA, Lourdes. Choque heterodoxo e transição democrática sem ruptura : uma abordagem transdisciplinar. In: ---. *O Estado da transição : política econômica na nova república*. São Paulo : Vértice, 1988.
- . Limites políticos ao choque heterodoxo no Brasil : técnicos, políticos, democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 3, p. 38-69, 1989.
- SOURROUILLE, Juan V. *Mensajes del Ministro de Economía Dr. Juan V. Sourrouille*. Buenos Aires : Ministerio de Economía, 1989. p. 80-86.
- STILES, Kendall W. Argentina's bargaining with the IMF. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 55-86, 1987.
- THOMPSON, Andrés. Sindicatos y estado en la Argentina : el fracaso de la concertación social desde 1983. *Boletín Informativo Techint*, Buenos Aires, n. 251, p. 17-36, 1988a.
- . Negociación Colectiva, democracia y crisis económica : Argentina 1983-1988. *Boletín Informativo Techint*, Buenos Aires, n. 255, p. 47-68, 1988b.
- UN TERCIO del país vive en la pobreza. *Página 12*, Buenos Aires, p. 3, 10 ago. 1989a.
- UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA (UIA). *Declaración de la Unión Industrial Argentina*. Buenos Aires, 18 mar. 1986a.
- . *Memoria y balance*, 1986. Buenos Aires, 1986b.
- . *Memoria y balance*, 1987. Buenos Aires, 1987.
- . *Memoria y balance*, 1988. Buenos Aires, 1988.